

E

ENTREVISTA

«O PAPEL DAS AUTARQUIAS  
NA IMPLEMENTAÇÃO  
DE POLÍTICAS LOCAIS PARA A IGUALDADE  
É EXTREMAMENTE RELEVANTE»



# TERESA FRAGOSO

É a presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) desde agosto de 2016. No dia 20 de março, na Casa da Cerca, Teresa Fragoso abre o Ciclo de Conversas *Outros Feminismos*, iniciativa que integra o programa das comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março), em Almada.

# «IGUALDADE DE TODOS OS SERES HUMANOS, INDEPENDENTEMENTE DO SEXO»

## ***O que é o feminismo?***

O feminismo, ontem, como hoje, é um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideologias e filosofias que têm como objetivo comum a igualdade de direitos entre mulheres e homens. Por vezes, há um entendimento errado deste conceito, achando que, tal como o machismo que assenta na ideia de que os homens são superiores às mulheres, o feminismo quer impor a superioridade das mulheres. Mas não é disso que se trata, trata-se, sim, da promoção da igualdade de todos os seres humanos, independentemente do sexo com que nascem.

## ***E qual é o papel dos homens no feminismo?***

Os homens que acreditam na igualdade entre mulheres e homens e querem dar o seu contributo para garantir que a nossa sociedade não discrimina, com base no sexo, que respeita as sensibilidades, direitos e deveres, quer de homens, quer de mulheres, tanto na esfera pública, como na esfera privada, e que são coerentes no seu pensamento e na sua ação e

comportamento, já estão a assumir o seu papel como feministas.

## ***Em março, Almada promove um vasto programa, no âmbito do Dia Internacional da Mulher. Qual a importância destas iniciativas?***

Durante séculos, as mulheres têm sido arredadas da participação no espaço público, quer nas artes, na cultura, na política ou na economia. E mesmo aquelas que ao longo do tempo conseguiram transpor as barreiras que lhes estavam impostas ficaram invisibilizadas. Por essa razão, em 1975, as Nações Unidas instituíram o Dia Internacional das Mulheres como forma de consciencializar para a situação das mulheres no mundo. Iniciativas como estas da Câmara Municipal de Almada (CMA) são extremamente relevantes para dar a conhecer à população o papel relevante das mulheres que participam, lado a lado com os homens, na construção e desenvolvimento da nossa sociedade.

E

***O Município de Almada e a CIG são parceiros desde 2016. Qual o balanço desta colaboração?***

O papel das autarquias na implementação de políticas locais para a Igualdade é extremamente relevante, pelo conhecimento que têm da realidade das populações que servem e pela proximidade com a comunidade. Tal ajuda a que as respostas de política sejam mais eficazes e cheguem mais rapidamente a quem delas necessita. Por essa razão a CIG tem investido, nos últimos 15 anos, na colaboração com os municípios, numa estratégia de territorialização das políticas de Igualdade. É neste enquadramento que surge o protocolo entre a CIG e a CMA, que desde há muito demonstra preocupação e promove políticas nestas matérias. O balanço que fazemos desta colaboração entre a CIG e a CMA é muito positivo e estamos certos que a nova geração de protocolos será ainda mais frutífera.

**«SEMPRE FUI UMA PESSOA DEFENSORA DOS DIREITOS HUMANOS»*****No entanto, sabemos que as políticas públicas adotadas no combate à desigualdade falham, muitas vezes, na sua concretização prática.***

É fundamental que a vontade política seja clara e que, após a assinatura dos protocolos, se passe à prática desenhando Planos Municipais para a Igualdade baseados num bom diagnóstico das realidades vividas pelas mulheres e pelos homens desse concelho e, aos quais,

sejam alocados os recursos financeiros e materiais necessários. É, também, essencial identificar dentro da autarquia as pessoas responsáveis pela implementação das diferentes medidas neles previstas e deve haver uma monitorização e avaliação regular para garantir que a sua implementação está a atingir os objetivos. Por outro lado, é necessário garantir a capacitação dessas pessoas, não só as que integram a equipa, mas outras que possam ter, no seu papel diário, impacto na boa implementação das políticas da autarquia. Por último, é normal que muitas vezes aquilo que planeamos não seja executado, ou porque a implementação das medidas necessitou de mais tempo ou recursos do que havia sido previsto, ou porque a realidade no terreno nos demonstra a necessidade de flexibilizar ou alterar algumas das medidas. Mas não devemos falar em falhar, mas antes em aprendizagens que nos levam a melhorar, a cada passo, que vamos dando neste caminho da igualdade.

***Nos últimos 40 anos, tem sido feito um caminho no sentido da paridade entre homens e mulheres.***

Há que reconhecer o muito que se alcançou desde meados da década de 1970. Basta destacar o acesso alargado das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, condições essenciais para a sua autonomia. Também a melhoria significativa da sua representação na tomada de decisão política é sinal do reconhecimento do papel importante que desempenham na condução da vida do País, e um garante de um maior leque de sensibilidades nas grandes decisões a tomar. Porém, ainda não se alcançou um patamar



«As mulheres continuam a ganhar, em média, menos do que os homens. Esta diferença salarial ronda os 15%», afirma Teresa Fragoso

de paridade nos diferentes níveis da vida económica, política, social, familiar e pessoal. Por exemplo, atualmente as disparidades salariais entre mulheres e homens são mais altas entre pessoas com nível de instrução superior e nas que assumem categorias de pessoal dirigente, podendo chegar a uma desigualdade na ordem dos 27%. Há ainda um preconceito sobre a capacidade de liderança das mulheres. Estas questões têm um papel cada vez mais relevante nas agendas políticas, mas ainda há muito para trabalhar.

***Mas como avalia a presença e participação das mulheres na atual esfera política, económica e empresarial?***

Só posso avaliar positivamente, no entanto é uma participação que tem de ganhar maior consistência. Repare, uma das áreas em que persistem desequilíbrios significativos é a

da economia. Continuam a existir profissões que são estereotipadamente femininas ou masculinas, por exemplo educação de infância ou a estiva. Também o chamado «teto de vidro» continua a ser uma realidade, fazendo com que as mulheres progridam somente até determinado nível nas suas carreiras, tendo dificuldade em ascender a lugares de topo, quer na vida política, quer sobretudo na vida económica. Por outro lado, as mulheres continuam a ganhar, em média, menos do que os homens. Esta diferença salarial ronda os 15%, o que, na prática, significa que as mulheres trabalham dois meses por ano de graça, em comparação com os homens. Outra questão transversal é a da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar. As mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelos cuidados familiares e pelas tarefas domésticas, trabalho que não é remunerado nem valorizado socialmente. É

**E** uma sobrecarga que recai sobre as mulheres que em média trabalham mais 1h45m por dia em tarefas domésticas, o que ao final do ano são quase três meses.

***As gerações mais novas estão mais atentas a estas questões da promoção e defesa da igualdade de género e do combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos?***

As gerações mais novas, independentemente da zona geográfica a que pertençam e que, de alguma forma, não estejam ligadas a organizações da sociedade civil, onde sejam abordadas questões ligadas aos Direitos Humanos, estão pouco esclarecidas, não só sobre os seus direitos, mas também sobre os problemas que as rodeiam. Por exemplo, o último Estudo Nacional sobre Violência no Namoro, realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta, com o apoio da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, apresentado no passado dia 14 de fevereiro, verifica-se que 58% de jovens que namoram ou já namoraram dizem já ter sofrido pelo menos uma forma de violência por parte de atual ou ex-companheiro/a. E 67% de jovens consideram como natural algum dos comportamentos de violência. Esta é uma realidade muito preocupante, não só relativamente às questões da violência, mas também ao conhecimento individual dos seus próprios direitos

**«AS GERAÇÕES MAIS NOVAS ESTÃO POUCO ESCLARECIDAS»**

enquanto pessoa, o que nos demonstra a necessidade de intensificar as ações de sensibilização e informação junto das populações mais jovens, trabalho que tem sido desenvolvido pela CIG, junto das escolas, das comunidades locais, dos diferentes media, mas que necessita de persistência e intensificação.

***Como surgiu o seu interesse por estas áreas de intervenção?***

Desde cedo tive oportunidade de viajar por vários países, desde a Europa à América Latina e à Ásia, e pude aperceber-me de muitas assimetrias sociais, étnicas e de género. Sempre fui uma pessoa defensora dos Direitos Humanos e essa consciência das discriminações e das desigualdades que ainda persistem no mundo levaram-me a que me interessasse por trabalhar nesta área, com particular paixão pela igualdade entre mulheres e homens. Isto porque, naturalmente, sinto a discriminação de que sou alvo pelo simples facto de ter nascido mulher, e não porque tenha menores capacidades ou competências do que os meus colegas homens.

***É presidente da CIG desde agosto de 2016, cargo que exerceu, igualmente, entre 2011 e 2012. O balanço é positivo?***

É verdade, é a segunda vez que ocupo este cargo na CIG. A minha entrada, em 2016, coincidiu com a aproximação da celebração dos 40 anos da CIG, o que propiciou uma reflexão sobre o seu papel ao longo deste período, e sobre a forma como, ao longo da sua existência e através da promoção da igualdade entre mulheres e homens, tem contribuído para o aprofundamento da democracia. A



Visita à Guiné-Bissau para a Conferência Internacional sobre Governação Integrada

## «67% DE JOVENS CONSIDERAM COMO NATURAL ALGUM DOS COMPORTAMENTOS DE VIOLÊNCIA»

mesma reflexão serviu para identificar os desafios para o futuro, e sobre a forma como se devem hoje enfrentar esses novos desafios. Foi, igualmente, muito estimulante o processo de preparação da nova Estratégia para a Igualdade e que se segue aos planos nacionais de política pública na área da cidadania e da igualdade de género, que terminaram a sua vigência no final do ano passado. A nova Estratégia apresenta traços muito inovadores, sublinhando-se o seu alinhamento, temporal e substantivo, com a Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável, e a definição de quatro Eixos, que se assumem como as quatro grandes metas de ação global e estrutural até 2030 para a consecução da igualdade e a não discriminação. O processo de construção da Estratégia foi muito participado, tendo-se procurado potenciar a colaboração e coordenação de esforços, através de uma auscultação ampla a departamentos governamentais, autarquias, especialistas, setor privado e sociedade civil organizada, tendo igualmente sido submetida a consulta pública. Procurou-se, assim, alcançar uma visão comum que desejavelmente terá um efeito mais estruturante e sustentável na aplicação das políticas para a igualdade. Não tenho dúvidas de que o balanço pessoal é muito positivo e tenho muito orgulho em estar envolvida em mudanças que se deveram a iniciativas da CIG.